

ANAIS DO
VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

A CIDADE E A HISTÓRIA

VOLUME III

LVII
Coleção da *Revista de História*
Sob a direção do Professor
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL
1974

ARROLAMENTO DAS FONTES HISTÓRICAS DO MUNICÍPIO DE ITIRAPUÃ (*).

PALMIRA LUIZA NOVATO
OSWALDO M. RAVAGNANI
da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de
Araraquara (SP).

INTRODUÇÃO.

Foi nosso intento, ao fazer este trabalho, apresentar aos estudiosos de História alguns dados essenciais àqueles que se interessem pela história do município de Itirapuã.

Consta o trabalho de duas partes principais. Na primeira delas procuramos dar dados gerais sobre o município. Na segunda, fizemos um levantamento dos livros existentes nos arquivos municipais.

A primeira parte foi dividida em 3 itens. No primeiro deles fornecemos a localização geográfica, a área e a população do município, a posição da economia, os meios de comunicação com a cidade e os estabelecimentos de ensino existentes.

O segundo item trata do aparecimento da povoação e de seu desenvolvimento administrativo e judiciário.

O terceiro e último item procura dar uma visão geral de toda a história de Itirapuã, desde os seus primórdios até os dias atuais.

Na segunda parte procuramos fazer um levantamento dos arquivos existentes, seu estado de conservação, localização e livros encontrados.

(*) — Comunicação apresentada na 8.^a sessão de estudos, Equipe D-1, no dia 7 de setembro de 1973 (*Nota da Redação*).

O primeiro arquivo a ser levantado foi o da Prefeitura Municipal, e embora não estivesse organizado, teve sua consulta facilitada devido a boa vontade do secretário.

O arquivo da Câmara Municipal, o segundo levantado, também não está organizado, devido à falta de acomodações. A Câmara possui poucos livros, sendo que os primeiros datam de 1949, ano em que foi instalado o Município.

A Capela de Nossa Senhora Aparecida é anexa à Paróquia de Patrocínio Paulista e não possui arquivo. O arquivo da Paróquia de Patrocínio Paulista, por nós levantado possui assentamentos valiosíssimos para a história de Itirapuã.

O último arquivo levantado, ou seja, o do Cartório de Registro Civil e Anexos, está muito bem organizado e seus livros estão em ótimo estado de conservação, possuindo documentos de grande interesse para a história do Município.

A cidade de Itirapuã não apresenta ao historiador grande número de documentos por ser uma cidade pequena e também porque a sua documentação está muito dispersa, devido à falta de organização dos arquivos da Câmara e Prefeitura antes de 1922. Podemos dizer, porém, que além dos documentos existentes nos arquivos da cidade podemos encontrar inúmeros documentos referentes à sua história, nos arquivos de Patrocínio Paulista, Franca e no Arquivo do Estado em São Paulo.

* *
*

I. — *DADOS SOBRE O MUNICÍPIO.*

1.º) — LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, ASPECTOS ECONÔMICOS E CULTURAIS.

O município de Itirapuã está situado na zona fisiográfica de Franca, limitando-se com o município de Patrocínio Paulista e o Estado de Minas Gerais. A sede municipal encontra-se nas seguintes coordenadas geográficas: 20°38' de latitude sul e 47°13' de longitude W. Gr.; sua altitude é de 950 metros acima do nível do mar.

A área do município é de 154 km². E a população, segundo dados obtidos na Agência do I.B.G.E. de Franca, é estimada em 4.200 habitantes.

A economia do município fundamenta-se na agricultura: café, arroz, milho e feijão e na pecuária. A indústria é incipiente.

O comércio conta com 43 estabelecimentos varejistas, realizando suas maiores transações com as praças de São Paulo, Ribeirão Preto, Franca (São Paulo), São Tomás de Aquino e São Sebastião do Paraíso (Minas Gerais). Mantem agência no município o Banco Brasileiro de Descontos S/A. e a Caixa Econômica Estadual.

Comunica-se com as cidades vizinhas — Patrocínio Paulista (7 km), São Tomás de Aquino (27 km), Ibiracé (26 km), somente por estradas de rodagens e com a capital por via rodoviária, passando por Patrocínio Paulista, Franca, Ribeirão Preto e Campinas (483 km).

O município é servido pelo Grupo Escolar Rural Professor Henrique Lespinnasse, várias escolas isoladas e um Ginásio Estadual.

Existe ainda no município um posto de assistência mantido pelo governo do Estado, uma farmácia, um dentista e um farmacêutico.

*

2.º). — FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA.

Itirapuã surgiu por volta de 1890, em função dos garimpos de Patrocínio Paulista, quando Antônio Joaquim do Carmo, conhecido como Antônio Beltrudes, por interesses comerciais, retirou-se 6 quilômetros a leste daquela cidade onde construiu as moradias que dariam origem ao povoado. Mais tarde formou-se o patrimônio, graças às terras doadas a Nossa Senhora Aparecida, por Antônio Beltrudes e outros.

Em 1900 foi apresentado ao Congresso Estadual, pelo patrociniense Estevam Marcolino de Figueiredo, então deputado Estadual, o projeto para a criação do Distrito de Paz de Itirapuã. Aprovado o projeto, a 14 de novembro de 1900, o Presidente do Estado, Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, assinava a lei n.º 751 que concedia a Itirapuã as regalias de Distrito de Paz. A instalação deste distrito deu-se a 1.º de janeiro de 1902, segundo anotações existentes no cartório de Itirapuã. Nesta data foi também empossado o 1.º Juiz de Paz, o Capitão Manoel Gonçalves Monteiro.

Em 1904 o até então Distrito de Nossa Senhora Aparecida ou Aparecida de Franca, passou a denominar-se Itirapuã, devido a um decreto estadual.

Em 24 de dezembro de 1948 o Governador Ademar de Barros assinava a lei n.º 233 que criava vários municípios, entre os quais o de Itirapuã. A 27 de março de 1949 era instalado o município em solenidade presidida pelo Dr. Olavo Ferreira Prado, Juiz de Direito

de Patrocínio Paulista, comarca a que pertencia Itirapuã. Não houve modificação judiciária, apenas administrativa territorial.

*

3.º). — HISTÓRICO.

Como já dissemos Itirapuã surgiu em função dos garimpos de Patrocínio Paulista. Existia na região desde fins do século XVIII núcleos de garimpeiros atraídos pela riqueza minera¹ da região. Estes garimpeiros após várias contendas com os fazendeiros, conseguiram se cotizar e adquirir uma área de terra pertencente à Fazenda do Turvo, de seu antigo proprietário Major Antônio Joaquim do Nascimento. Este terreno foi doado à Nossa Senhora do Patrocínio a 14 de julho de 1896 (1) para que nele se erigisse uma capela, e em volta da mesma logo prosperou um pequeno povoado que foi elevado à Freguesia pela lei provincial n.º 17 de 30 de março de 1874.

A lei provincial n.º 23 de 10 de março de 1885 elevava a freguesia à categoria de vila com o nome de Nossa Senhora do Patrocínio do Sapucaí, e a 28 de janeiro de 1888 passava a município (2).

A vida corria normalmente. O comércio era lucrativo, mas o interesse demasiado e a concorrência cada vez maior, deram origem a discórdias e frequentes rixas.

Entre os negociantes de Patrocínio do Sapucaí encontrava-se Antônio Joaquim do Carmo como consta do livro de batizados da Igreja do Desemboque onde fora batizado. Trouxera algum dinheiro e desde o início começou a fazer concorrência, como é frequente entre negociantes. Comprava barato e vendia à vista, também barato, limitando-se a um pequeno lucro. Sua concorrência era pesada e isto exasperou os colegas de profissão que o combateram severamente. Coagido nos negócios e mal visto pelos colegas, resolveu desferrar. Para isso fundaria, num local escolhido a 6 quilômetros a leste de Patrocínio Paulista, uma nova povoação, com o fim de atrair a freguesia para o novo núcleo comercial.

O terreno escolhido por Antônio Beltrudes localizava-se entre os correços Capanema e das Pedras. Ali construiu duas ou três casas e instalou seu estabelecimento comercial, dando início à nova povoação.

(1). — Dados extraídos da cópia da certidão de doação fornecida pelo Tabelião do Cartório de Franca, Gaudêncio Jacintho Lopes de Oliveira, em 16 de janeiro de 1965, e que se encontra na folha 2 do Livro do Tombo da Paróquia de Patrocínio Paulista.

(2). — *Revista de História* — N.º 52, página 503.

Segundo informes de antigos moradores, a casa onde se encontra instalada a Câmara Municipal é uma das moradias construídas por Beltrudes, aproximadamente em 1888.

O vigário de Patrocínio Paulista, Padre Peregrino era contrário ao plano, achando que o município era muito pequeno para ter dois centros e que este arraial ia prejudicar muito o desenvolvimento da cidade (3).

Os fundadores, porém, conseguiram arranjar um patrimônio que consta de duas doações a primeira valor de 900\$000, passa-la a 28 de março de 1892 por Cândido do Couto Rosa, a segunda no valor de 46\$532 passada a 28 de agosto de 1895 por Misael Franco da Rocha. As escrituras de doação destas terras à Fábrica de Nossa Senhora Aparecida estão registradas no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Patrocínio Paulista, no livro 3-B de Transcrição das Transmissões, às fls. 18, sob n.º de ordem 1.641 e 1.642, segundo pudemos verificar pela certidão fornecida pelo mesmo cartório (4).

A primeira Capela existente era semelhante às Capelinhas de estradas, conhecidas como Santa Cruz. Encontrava-se no lado contrário ao que hoje se ergue o Templo novo um pouco abaixo da Câmara Municipal. Era dedicada a Nossa Senhora Aparecida e a tradição oral diz ter sido construída por Antônio Beltrudes, e não tinha mais do que 5 metros quadrados de superfície. O teto era esférico. Hoje não existe mais vestígios dessa capela.

A segunda capela, construída por Beltrudes estava situada do lado contrário e teria uns 100 metros quadrados no máximo, sua frente era de 6 metros e possuía um altar de mármore doado pelo Sr. Afonso Barbosa.

A construção do Templo atual teve início em 1925 e foi uma continuação do antigo. Para sua construção contribuíram os fazendeiros de Patrocínio Paulista e o povo em geral. Encontra-se voltado para nordeste, em posição contrária à da velha Capela. De estilo gótico possui duas torres e um relógio. O altar-mor, o mesmo doado por Afonso Barbosa, foi retirado do antigo Templo e reconstruído.

A 14 de novembro de 1900 a lei estadual n.º 751, criava o distrito de Paz de Itirapuã. A comarca de Patrocínio Paulista passava a

(3). — *Livro do Tombo* da Paróquia de Patrocínio Paulista, página 29.

(4). — Certidão fornecida pelo Cartório do Registro de Imóveis de Patrocínio Paulista e anexada a este trabalho.

ter dois distritos, o da sede e o de Itirapuã. A instalação do distrito se deu a 1.º de janeiro de 1902.

Em 1916 duas novas doações territoriais eram feitas à Fábrica da Igreja uma por Antônio Joaquim do Carmo a 9 de agosto e outra em 2 de setembro por Honório Alves da Silva. As escrituras destas duas doações, também estão registradas no Cartório de Patrocínio Paulista, de acordo com a certidão anteriormente citada.

O povoado cresceu lentamente e só depois do aparecimento das fazendas de café surgiram os primeiros imigrantes estrangeiros.

Em época anterior a 1922 a Câmara Municipal de Patrocínio Paulista não possuía escrituração organizada, razão porque perderam-se os documentos.

De 1902 a 1930 o Distrito de Itirapuã tinha o direito de eleger dois vereadores, de 1930 a 1944 os prefeitos eram nomeados pelos interventores federais e controlados pelo Conselho Administrativo.

Itirapuã, sendo uma vila barranqueira, ou seja, situada numa divisa estadual, foi sempre um lugar desordeiro. Os crimes se sucediam e ficavam impunes por vários motivos.

A assistência médico-farmacêutica era feita desde o início da povoação por facultativos de Franca e Patrocínio Paulista. Mais tarde alguns médicos residiram em Itirapuã, sendo que o primeiro parece ter sido o Dr. Alfeu Dinis da Silva, natural de Franca que aí foi residir em 1930. Desde 1945, porém, Itirapuã não teve mais médicos residentes e seus habitantes passaram a servir-se dos de Patrocínio Paulista, Franca e cidades vizinhas de Minas. Hoje, a cidade é servida por um Posto de Assistência Médico-Sanitária.

Os farmacêuticos, como os médicos, não se fixaram por muito tempo na cidade e podemos citar uma lista interminável de farmacêuticos que serviram a cidade. Dentre os mais conhecidos da tradição oral podemos citar: Francisco Faria, José Ribeiro Câmara, Felício Radesca, Nicolau Del Monte, Carmelino Correa Júnior, Aristides Costa, Leôncio Joaquim Goulart de Andrade, José Novato, Augusto Novato, Galileu dos Santos Macedo, Mário Bueno. Hoje existe no município a Farmácia Santa Terezinha de Onofre Moretti.

Até 1930 os dentistas que passaram por Itirapuã eram na maioria práticos. Após essa época a cidade passou a ser servida por dentistas licenciados ou formados.

As primitivas escolas existentes em Itirapuã eram particulares. Existiam também mestres contratados por fazendeiros. O ensino público apareceu por volta de 1914 com a instalação de duas escolas: a masculina e a feminina. As escolas estaduais surgiram em setembro de 1917. Mais tarde foi criado o Grupo, hoje Grupo Escolar Rural que funciona em prédio próprio e recentemente construído (5). Existe também no município de Itirapuã um Ginásio Estadual, que em 1966 diplomou sua primeira turma de bacharelados.

Em 24 de dezembro de 1948 o Governo Estadual criava o município de Itirapuã pela lei n.º 233.

Constituído o município foi indicado o Sr. Francisco Coelho Nascimento como candidato único para o cargo de Prefeito e os partidos coligados fizeram a seguinte indicação para vereadores: 5 pelo P.S.P., 4 pela U.D.N., 3 pelo P.S.D. e 1 pelo P.T.N.

Efetuada a eleição e feita a apuração, o resultado foi o seguinte: Prefeito — Francisco Coelho Nascimento; Presidente — Francisco Ferreira Faria — PSP; Vereadores: Alceu de Andrade Freitas — UDN; Henrique Monteiro Vieira — PSD. Aristeu Lespinasse — UND; Osório Modesto de Melo — UDN; Onofre Moretti — PSP; Alcebíades do Couto Rosa — PSP; Durval Alvel da Silva — PSP; José Monteiro Sobrinho — PTN; Armando Nascimento — UDN; Juvêncio Alves Filho — PSP; José Antônio Parreira — PSD; e José Eugênio Crispim — PSP. Esta Câmara foi empossada a 27 de março de 1949.

Após a criação do município as divisões de Itirapuã foram modificadas. O distrito contava com as seguintes divisas: seguiam o Córrego Barra Grande até alcançar o Brejinho e daí às divisas de Minas Gerais. As divisas se iniciam na foz do Capanema no Rio Santa Bárbara, vem rio acima, até as divisas de Minas. As demais divisas continuaram as mesmas (6).

Em 5 de dezembro de 1950 a Prefeitura Municipal da cidade de Itirapuã adquiriu da Fábrica da Igreja Matriz de Itirapuã, as terras do Patrimônio do Município. A escritura de compra e venda foi lavrada na mesma data no tabelionato de Itirapuã, conforme consta do livro de transcrições 3-H, às fls. 168, sob n.º de ordem 2.444 do Cartório de imóveis de Patrocínio Paulista (7).

(5). — Correea Junior (Carmelino), *Meio Século do Distrito de Itirapuã*, 1950, página 36.

(6). — *Id. Ibid.*, página 40.

(7). — *Cf.* nota (4).

* *

*

Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Patrocínio Paulista.

CERTIDÃO.

Neuza Nascimento de Castro, oficial maior do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Patrocínio Paulista, Estado de São Paulo.

CERTIFICA a pedido verbal de pessoa interessada que revendo em o cartório a seu cargo o livro 3-B de Transcrição das Transmissões verificou constar às fls. 18 do mesmo, sob n.º de ordem 1.641 a transcrição do seguinte imóvel: Uma parte de terras de campos, sita na fazenda Barra, sendo esta parte da área de quarenta hectares, oitenta e três ares e setenta e cinco centiares, sendo adquirente do referido imóvel a fábrica de Nossa Senhora Aparecida e transmitentes Cândido do Couto Rosa e sua mulher por escritura pública de doação lavrada em 28 de março de 1892, não constando o local da lavratura. **CERTIFICA** mais que revendo o mesmo livro às mesmas fls. sob n.º de ordem 1.642 verificou constar a transcrição do imóvel denominado Fazenda da Cachoeira, situada no distrito de Itirapuã, desta comarca, sendo adquirente: **NOSSA SENHORA APARECIDA** e transmitentes Mizael Franco da Rocha, por escritura pública de doação lavrada em 28 de agosto de 1895, (não constando o local onde foi lavrada a escritura), tendo referido imóvel os seguintes característicos: Uma parte de terras sita na fazenda Cachoeira, que o doador houve por compra a Antônio de Paula Coelho e sua mulher, pela quantia de noventa e três mil e sessenta e quatro reis; e que faz doação da metade destas terras no valor de quarenta e seis mil e quinhentos e trinta e dois reis, para o patrimônio. **CERTIFICA** mais que revendo o livro 3-A às fls. 103 sob n.º de ordem 1.452 verificou constar a transcrição do seguinte imóvel: Uma parte de terras sita no lugar denominado Barra, neste distrito digo no distrito de Itirapuã, desta comarca, confrontando com Antônio Alves de Freitas, João Vilela dos Reis, Francisco de Freitas e com quem mais de direito, sendo adquirente do referido imóvel **A Fábrica de Nossa Senhora Aparecida de Itirapuã** e transmitente Antônio Joaquim do Carmo, por escritura de doação lavrada pelo tabelionato de Itirapuã, em 9 de agosto de 1915. **CERTIFICA** mais que revendo o mesmo livro às fls. 108

sob n.º de ordem 1.469 verificou constar a transcrição do seguinte imóvel, situado no distrito de Itirapuã, desta comarca, constante de: Uma gleba de campo, sendo adquirente a FÁBRICA DE NOSSA SENHORA APARECIDA DE ITIRAPUÃ e transmitentes Honório Alves da Silva e sua mulher por escritura pública de doação, lavrada nas notas do tabelionato de Itirapuã, em 2 de setembro de 1915. CERTIFICA finalmente que revendo o livro 3-H verificou constar às fls. 168 sob n.º de ordem 2.444 a transcrição do seguinte imóvel: Uma sorte de terras, que constitui o Patrimônio do município de Itirapuã, contendo mais ou menos dezenove hectares e trinta e seis ares, sendo parte ocupada pelas Praças, ruas e casas do Município (datas aforadas e por aforar) e parte ainda não arruada e nem construída, sendo adquirente: PREFEITURA MUNICIPAL DA CIDADE DE ITIRAPUÃ e transmitentes Fábrica da Igreja Matriz de Itirapuã antiga povoação de Nossa Senhora Aparecida, por escritura pública de compra e venda lavrada nas notas do tabelionato de Itirapuã, em 5 de dezembro de 1950. Nada mais. O referido é verdade e dá fé. Patrocínio Paulista, 23 de janeiro de 1968. Eu, Neuza N. Castro oficial maior que a datilografei, subscrevi, dou fé e assino.

Neuza N. Castro

* *
*

II. — ARQUIVOS LOCAIS.

1.º). — PREFEITURA MUNICIPAL.

Localização: Praça Nossa Senhora Aparecida, 757.

Prefeito: José Geraldo Ribeiro Monteiro.

Secretário Municipal: José Macedo da Silva.

O arquivo não está bem organizado por falta de acomodações, mas os livros encontram-se em bom estado de conservação. O livro mais antigo data de 1934. A documentação de épocas anteriores a esta, se encontra nos arquivos de Patrocínio Paulista.

Livros do Distrito de Itirapuã.

1.º). — Registro de Lançamentos de Balancete. Termo de Abertura — assinado pelo Sub-Prefeito Herculano José de Figueiredo. Data: 1.º de julho de 1934. Primeiro Assentamento: em 6 de junho de 1934.

2.º). — Livro de Coleta do Imposto Predial e Territorial Urbano (2 volumes). Termo de Abertura — Datado de Janeiro de 1936. Assinado pelo Sub-Prefeito Herculano José de Figueiredo. Primeiro Assentamento: Sem data.

3.º). — Livro Caixa (4 volumes). Termo de Abertura — Datado de 20 de janeiro de 1938. Assinado por Elpídio Faleiros. Primeiro Assentamento: Em 1.º de janeiro de 1938.

4.º). — Livro do Cemitério. Sem termo de Abertura. Primeiro Assentamento: Em 12 de agosto de 1939.

5.º). — Livro de Escrituração do Movimento de Receita e Prestação de contas a cargo do fiscal do Distrito de Itirapuã (2 volumes). Termo de Abertura: Datado de 29 de maio de 1939. Assinado por Elpídio Faleiros.

6.º). — Livro do Registro de Sepultamento do Cemitério. Termo de Abertura: Datado de 1.º de agosto de 1945, Assinado por Custódio Faleiros do Nascimento. Primeiro Assentamento: 7 de agosto de 1945.

Livros da Lançadoria.

1.º). — Licença Comercial e Industrial. Termo de Abertura: Datado de 23 de fevereiro de 1949, Assinado por José Eduardo de Andrade. Primeiro Assentamento: 10 de maio de 1949.

2.º). — Livro de Licença de Veículos. Termo de Abertura: Datado de 23 de fevereiro de 1949, assinado por José Eduardo de Andrade. Primeiro Assentamento: 3 de maio de 1949.

3.º). — Taxa de Conservação de Estradas. Termo de Abertura: Datado de 23 de fevereiro de 1949, assinado por José Eduardo de Andrade. Primeiro Assentamento: 20 de julho de 1949.

4.º). — Livro de Movimento do Matadouro. Termo de Abertura: Datado de 23 de fevereiro de 1949, assinado por José Eduardo de Andrade. Primeiro Assentamento: 1.º de janeiro de 1949.

5.º). — Livro de Registro da Dívida Ativa Executiva. Termo de Abertura: Datado de 14 de março de 1949, assinado por José Eduardo de Andrade. Primeiro Assentamento: 31 de dezembro de 1949.

6.º). — Livro de Registro de Indústria e Profissões. Termo de Abertura: Datado de 23 de fevereiro de 1949, assinado por José Eduardo de Andrade. Primeiro Assentamento:

7.º). — Livro Caixa. Termo de Abertura de 23 de fevereiro de 1949, assinado por José Eduardo de Andrade.

Livros da Contadoria.

1.º). — Livro de Registro de Empenho de Despesas (2 volumes). Termo de Abertura: Datado de 23 de Fevereiro de 1949, assinado por José Eduardo de Andrade.

2.º). — Livro de Registro Analítico da Despesa (2 volumes). Termo de Abertura: Datado de 23 de fevereiro de 1949, assinado por José Eduardo de Andrade.

3.º). — Livro de Registro Analítico de Receita (2 volumes). Termo de Abertura: Datado de 23 de fevereiro de 1949, assinado por José Eduardo de Andrade.

Livros do Município de Itirapuã.

1.º). — Livro Diário. Termo de Abertura: Datado de 28 de março de 1949, assinado por Francisco Coelho Nascimento. Primeiro Assentamento: 28 de março de 1949.

2.º). — Livro Caixa. Termo de Abertura: Datado de 28 de março de 1949, assinado por Francisco Coelho Nascimento. Primeiro Assentamento: 31 de março de 1949.

3.º). — Livro de Registro de Decretos do Prefeito (2 volumes). Termo de Abertura: Datado de 28 de março de 1949, assinado por Francisco Coelho Nascimento. Primeiro Assentamento: 28 de Março de 1949.

4.º). — Livro de Registro de Ofícios (2 volumes). Termo de Abertura: Datado de 28 de março de 1949, assinado por Francisco Coelho Nascimento. Primeiro Assentamento: 2 de abril de 1949.

5.º). — Livro de Registro de Leis (2 volumes). Termo de Abertura: Datado de 29 de março de 1949, assinado por Francisco Coelho do Nascimento. Primeiro Assentamento: 18 de abril de 1949.

6.º). — Livro de Registro de Móveis e Utensílios. Termo de Abertura: Datado de 29 de março de 1949, assinado por Francisco Coelho do Nascimento.

7.º). — Livro de Registro de Imóveis e Próprios Municipais. Termo de Abertura: Datado de 28 de março de 1949, assinado por Francisco Coelho do Nascimento.

8.º). — Livro de Registro de Veículos e Semoventes da Prefeitura. Termo de Abertura: Datado de 28 de março de 1949, assinado por Francisco Coelho Nascimento.

9.º). — Livro de Atas e Transmissão do Cargo de Prefeito. Termo de Abertura: Datado de 26 de março de 1953, assinado por Francisco Coelho do Nascimento. Primeiro Assentamento: 28 de março de 1953.

10.º). — Livro de Registro de Termos de Compromisso Prestados pelos Funcionários. Termo de Abertura: Datado de 28 de março de 1953, assinado por Francisco Coelho Nascimento. Primeiro Assentamento: 28 de março de 1953.

11.º). — Livro de Registro de Portarias da Prefeitura (2 volumes). Termo de Abertura: Datado de 12 de abril de 1957, assinado por Francisco Coelho Nascimento. Primeiro Assentamento: 2 de abril de 1957.

12.º) — Livro de Registro de Próprios Municipais. Termo de Abertura: Datado de 14 de novembro de 1958, assinado por Francisco Coelho Nascimento.

Livros da Junta de Serviço Militar.

1.º). — Livro de Protocolo. Termo de Abertura: Datado de 15 de novembro de 1951, assinado por Benedito Maria de Almeida — 2.º Ten. Primeiro Assentamento: 26 de dezembro de 1952.

2.º) — Livros de Atas. Termo de Abertura: Datado de 22 de novembro de 1949, assinado por Francisco Coelho Nascimento. Primeiro Assentamento: 22 de novembro de 1949.

3.º). — Livro de Registro de Entrada e Saída de Multas. Termo de Abertura: Datado de 15 de março de 1951, assinado por Benedito Maria de Almeida — 2.º Ten. Primeiro Assentamento: 12 de abril de 1951.

4.º). — Livro de Registro de Certificados de Reservista. Termo de Abertura: Datado de 15 de março de 1951, assinado por Benedito Maria de Almeida — 2.º Ten. Primeiro Assentamento: 15 de março de 1951.

5.º). — Livro de Registro de Certificados de Alistamento. Termo de Abertura: Datado de 16 de março de 1951, assinado por Benedito Maria de Almeida — 2.º Ten. Primeiro Assentamento: 19 de junho de 1951.

Outros Livros.

1.º). — Livro de Atas de Coligação dos Partidos Políticos. Termo de Abertura: Datado de 30 de janeiro de 1949, assinado por Jaime de Oliveira. Primeiro Assentamento: 30 de janeiro de 1949. 1.ª Eleição — 13 de março de 1949.

2.º). — Livro de Chamada da Escola Mista da Fazenda Santa Helena. Termo de Abertura: Datado de 29 de agosto de 1951, assinado por Francisco Coelho Nascimento. Primeiro Assentamento: 13 de outubro de 1951.

*

2.º). — CÂMARA MUNICIPAL.

Presidente: Benedito de Oliveira Almeida.

Secretário: Expedito Antônio de Melo.

A Câmara Municipal não possui arquivo organizado.

Livros da Câmara.

1.º). — Livro de Atas (3 volumes). Termo de Abertura: Datado de 27 de março de 1949, assinado por Dr. Olavo Ferreira Prado.

2.º). — Livro para Chamada de Vereadores da Câmara. Termo de Abertura: Datado de 6 de abril de 1949, assinado por Francisco Ferreira Faria.

3.º). — Livro de Registro de Leis. Termo de Abertura: Datado de 18 de março de 1949, assinado por Francisco Ferreira Faria.

*

3.º). — CAPELA NOSSA SENHORA APARECIDA, ANEXA À PARÓQUIA DE PATROCÍNIO PAULISTA.

A Capela não possui arquivo, sendo que os assentamentos de todas as ocorrências, estão nos livros da paróquia de Patrocínio Paulista. O arquivo da paróquia de Patrocínio Paulista, está em bom estado de conservação, embora note-se a falta de vários livros cujo paradeiro não se sabe ao certo, sendo que poderão estar no arquivo da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, em Franca, à qual pertenceu, ou arquivados na Cúria Diocesana de Ribeirão Preto, onde há pouco foram encontrados pelo Vigário Padre Carmelo Aros, os primeiros livros de Batismo de Patrocínio Paulista.

Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio de Patrocínio Paulista.

1.º). — Livro do Tombo (2 volumes). Termo de Abertura: Datado de 15 de maio de 1893, assinado pelo Cônego Antônio Guimarães Barroso — Vigário Geral. Primeiro Assentamento: 26 de janeiro de 1895.

2.º). — Livro de Batizados (19 volumes). Termo de Abertura: Datado de 1.º de Dezembro de 1875, assinado pelo Inspetor da Tesouraria da Fazenda de São Paulo (assinatura ilegível). Primeiro Assentamento: 27 de dezembro de 1875.

3.º). — Livros de Casamentos. Termo de Abertura: Datado de 6 de outubro de 1885, assinado pelo Padre Cândido Martins da Silveira Rosa. Primeiro Assentamento: 18 de agosto de 1885.

4.º). — Livros de Óbitos. Termo de Abertura: Datado de 1.º de Dezembro de 1895, assinado pelo Inspetor da Tesouraria da Fazenda de São Paulo. Primeiro Assentamento: 26 de fevereiro de 1875.

Observações: — Não se sabe ao certo o número de livros de óbitos, pois foram encontrados no arquivo somente os dois primeiros volumes e o último que começa no ano de 1960.

5.º). — Livros de Crismas. Termo de Abertura. Primeiro Assentamento.

6.º). — Livro de Receita e Despesas da Paróquia (3 volumes). Termo de Abertura assinado pelo Cônego Antonio Guimarães Barroso Rosa, datado de 15 de maio de 1883.

*

4.º). — CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E ANEXOS.

1.º). — Livro de Registro de Nascimento (24 volumes).
Termo de Abertura: Datado de 4 de janeiro de 1903, assinado pelo Juiz de Paz Manoel Gonçalves Monteiro. Primeiro Assentamento: 11 de janeiro de 1902.

2.º). — Livro de Registro de Casamento (10 volumes). Termo de Abertura: Datado de 25 de setembro de 1902, assinado por Manoel Gonçalves Monteiro. Primeiro Assentamento: 15 de fevereiro de 1902.

3.º). — Livros de Registro de Óbitos (10 volumes). Termo de Abertura: Datado de 13 de fevereiro de 1904, assinado por Manoel Gonçalves Monteiro. Primeiro Assentamento: 26 de janeiro de 1902.

4.º). — Livro de Notas — (Escrituras) (21 volumes). Termo de Abertura: Datado de 28 de fevereiro de 1902, assinado por Manoel Gonçalves Monteiro. Primeiro Assentamento: 3 de março de 1902.

5.º). — Livro de Notas de Instrumentos de Procuração (7 volumes). Termo de Abertura: Datado de 23 de abril de 1910, assinado por Manoel Basílio de Andrade. Primeiro Assentamento: 31 de março de 1910.

6.º). — Livros de Editais de Proclamas (4 volumes). Termo de Abertura: Datado de 25 de junho de 1905, assinado por Henrique Alves Vima.